

## BOSSUET E A REVOGAÇÃO DO EDITO DE NANTES

Maria Izabel Barbosa\*

BARBOSA, M. I. Bossuet e a revogação do edito de nantes. *Akrópolis*, v. 14, n. 3 e 4: 99-108, 2006.

**RESUMO:** Diante do aumento da intolerância religiosa na França, expressada pela Revogação do Edito de Nantes por Luís XIV, em 1685, pretende-se compreender qual a atitude de Bossuet em relação ao protestantismo, em especial no que se refere à ameaça que este representava ao poder constituído e, particularmente, qual foi o seu envolvimento na Revogação do Edito de Nantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Absolutismo. Edito de Nantes. Protestantismo.

### BOSSUET AND THE REVOCATION OF THE EDICT OF NANTES

**ABSTRACT:** In light of the increasing religious intolerance in France, expressed by the Revocation of the Edict of Nantes by Louis XIV in 1685, it is intended to understand which was Bossuet's attitude towards Protestantism, specially regarding the threat he represented to the constituted power, and, particularly, what his relation to the Revocation of Edict of Nantes was.

**KEYWORDS:** Absolutism. The edict of nantes. Protestantism.

#### Introdução

Jacques-Bénigne Bossuet foi teórico do absolutismo de Luís XIV. Nasceu em 1627 em Dijon, na França. Pertenceu a uma família católica, de parlamentares e magistrados, muito distinta. De família de eclesiásticos, em 1635 foi tonsurado aos oito anos. Neste mesmo período, passou a receber uma profunda cultura humanística em um colégio dos jesuítas desta cidade. Entrou para o mosteiro de Metz aos treze, sendo nomeado com esta idade ao canonicato de Metz. Em 1642 ingressou no *Collège de Navarra*, onde estudou filosofia e teologia. Em 1662 foi nomeado arcebispo de Metz, em 1659 deixou o cargo e foi para Paris. Nesta capital ficou famoso como orador sacro. Por intermédio de seus sermões e orações fúnebres, alcançou renome na corte e fora dela. Por isso, foi indicado para fazer orações fúnebres das pessoas mais ilustres da família real. Em 1669 foi nomeado por Luís XIV ao bispado de Condon, e em 1670 a preceptor do delfim. Entrou para a Academia Francesa em 1671, e em 1681 após ter terminado o preceptorado, tornou-se bispo de Meaux. Neste bispado permaneceu até a sua morte, em 1704.

#### Católicos e Protestantes

A Paz de Alais concluída em 1630, após o Cerco de La Rochelle, proporcionou uma relativa paz entre católicos e protestantes. No entanto, apesar deste acordo, a paz durou muito pouco. A partir de 1665-1670 aumentaram as inquietações, desde 1679 perseguições furiosas foram retomadas e não cessaram até à Revogação do Edito de Nantes. (Cf. MANDROU, 1970, p. 183).

No início de seu reinado pessoal, em 1661,

assim como seus súditos católicos, Luís XIV acreditava que o Edito de Nantes era um compromisso provisório. Frequentemente, ele era cercado pelas assembleias do clero que suplicavam contra a religião protestante. Os católicos franceses consideravam o protestantismo como um mal provisório, um corpo estranho, uma verdadeira ofensa ao rei Cristianíssimo. Havia centenas de igrejas reformadas em quase todas as regiões da França, os protestantes eram recrutados em todos os meios sociais: nobres, artesãos, burgueses e camponeses. O despertar católico do século XVII avivou o ódio contra eles. O protestantismo era insuportável aos católicos, por isso eles achavam ser necessário exterminá-lo. (Cf. MÉTHIVIER, 1950, pp. 86-87; MANDROU, 1970, pp. 182-183). Porém, a história nos retrata que todos os esforços feitos neste sentido provaram ser esta uma missão impossível.

No *Ancien Régime* a intolerância religiosa não se dava somente de cima para baixo, mas entre os súditos também. Em *Culturas do povo*, Natalie Zemon Davis retrata a violência religiosa popular nos massacres de São Bartolomeu, em 1572. Segundo a historiadora norte-americana, os católicos odiavam os protestantes “por suas ações poluidoras separatistas e desorganizadoras (...). Para os fanáticos católicos, a liquidação dos ‘vermes’ heréticos prometia a restauração da unidade do corpo social”. A multidão gritava nas ruas, entre outras coisas, “viva a religião católica, (...) Vivam os parisienses fiéis, (...) Que todo o mundo vá à missa. Um Deus, uma Fé, um Rei”. (DAVIS, 1990, p. 135). É bom lembrar que Natalie Davis analisa os ritos de violência praticados tanto por católicos quanto por protestantes na França, na segunda metade do século XVI. Ela demonstra o alto grau de intolerância religiosa existente entre ambos. Segundo a autora, os objetivos

\*Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e Aluna do Programa de Doutorado da Universidade de Brasília.

da multidão ao praticar a violência religiosa eram “a defesa da verdadeira doutrina e a refutação da falsa”. Ambos entendiam que o outro poluía a comunidade, representando um perigo, pois, “provocava a ira de Deus. Tufões e enchentes terríveis eram às vezes vistos como sinais de Sua impaciência” por causa da poluição. (DAVIS, 1990, pp. 132, 134-135).

No século XVII, esta intolerância religiosa na França existia com a mesma intensidade. O rei estava associado à Igreja: ele devia zelar pela salvação de seus súditos; pelo juramento pronunciado durante a sagração, ele devia proteger a Igreja e exterminar a heresia. (Cf. MÉTHIVIER, 1950, p. 79). Conforme observa Le Goff, desde meados do século XIII os reis passaram a pronunciar quatro juramentos no momento de sua sagração. Neles estão contidos a defesa da fé, da Igreja e o combate à heresia:

O rei, segundo os *ordines* de Reims de 1250, pronuncia quatro séries de juramentos: 1- Ele promete primeiramente à Igreja de protegê-la em sua pessoa e em seus bens; 2- Ele promete fazer reinar a paz e a justiça – valor de forte conotação religiosa e mesmo escatológica – e, (...) de fazer prova de misericórdia. Uma quarta promessa, introduzida após o 4.º Concílio de Latrão (1215), consiste no comprometimento de combater os heréticos. 3- Ele promete defender a santa fé católica, de ser o defensor e o tutor das igrejas e de seus ministros, e de reger e defender o reino que Deus lhe deu conforme a tradição de justiça de seus pais. 4- Enfim, após o coroamento e a entronização, o rei faz uma última promessa sintética ‘*coram Deo, clero et populo*’ com efeito, nesses juramentos, e de modo geral quando da sagração, um pacto é concluído entre o rei e a Igreja, que fala por ele próprio e pelo povo do qual ele se dá por representante. (LE GOFF in: BOUREAU & INGERFLOM, 1992, p. 21).

Como constata (MOUSNIER, 1974, p. 306), “o rei é o chefe e o protetor da Igreja da França”. Este autor afirma também que “todo mundo queria ver no rei a imagem de Deus: ‘Vós sois Deus na Terra (...)’. A esta concepção somava-se, em muitos, o velho sonho humanista: o rei deve ser protetor da Igreja, como Constantino”. (MOUSNIER, 1973, p. 260). Behrens observa que, de acordo com as antigas leis consuetudinárias da França, os monarcas não podiam “banir grupos de pessoas”, com exceção dos “hereges”, pois estes encontravam-se “numa posição especial porque estavam fora da comunidade dos fiéis que o rei tinha jurado defender no juramento de coroação”. (BEHRENS, 1971, p. 96). Ao referir-se a Luís XIV, Mousnier nos chama a atenção para o fato de que, “o juramento de respeito ao sagrado obrigava-o a destruir a heresia. Todos os seus súditos, protestantes ou católicos, julgavam que, ‘a diferença de religião desfigura o

Estado’: ‘Uma fé, uma lei, um rei’” (MOUSNIER, 1973, p. 292).

Durante a Fronda, para a satisfação de Luís XIV e de seu primeiro ministro Mazarino, os protestantes se mantiveram leais ao soberano, tanto que Mazarino considerava os jansenistas facciosos preferindo os protestantes a eles. (Cf. MÉTHIVIER, 1950, p. 87). Apesar disso, Luís XIV queria “obrigá-los à conformidade”, pois a existência dessa minoria solidamente estabelecida em seu reino significava uma afronta à honra de sua família e, mais que isto, à sua glória. (Cf. SHENNAN, 1954, p. 43).

Luís XIV passou a interpretar “o Editto num sentido cada vez mais estrito”. (MOUSNIER, 1973, p. 294). No início de seu reinado pessoal, recomeçaram as perseguições aos protestantes. (Cf. SHENNAN, 1954, p. 42). Porém, elas eram mais brandas até 1679. (Cf. MÉTHIVIER, 1950, pp. 87-88). Como assinala Mousnier “Luís XIV reencetou as negociações após 1662. Por volta de 1665, elas foram conduzidas por um Conselho oficioso em que figuravam Turenne e Bossuet. Este publicou sua *Exposição de Fé Católica* (1671), ‘a obra-prima da Contra-Reforma’. Turenne propunha conquistar 50 pastores, entabular conferências com eles, obter explicações do Papa e revogar o Editto de Nantes que se tornaria inútil”. (MOUSNIER, 1973, p. 294.). Até 1679 acreditava-se que seria fácil converter os protestantes. (MÉTHIVIER, 1950, pp. 87-88). Em seu anseio pela conversão dos huguenotes, Luís XIV utilizou-se de estratégias pacíficas como as “missões de capuchinhos e às casas de Propagação da Fé”. (MOUSNIER, 1973, p. 294). Bossuet tentava provar os seus “erros”, os teólogos e os laicos da *Compagnie du Saint-Sacrement* empreendiam uma ofensiva convergente para convertê-los; Bossuet converteu Turenne em 1668. Meios pouco evangélicos também eram utilizados como a *Caisse des Conversions de l’Académicien* que converteu Pelisson em 1678. Bossuet acreditava no poder da controvérsia, compondo sua *Exposition de la Doctrine Catholique*. A importante controvérsia entre Bossuet e o pastor Claude Ferry não resultou em nada. (MÉTHIVIER, 1950, pp. 87-88).

Estes foram meios pelos quais não se conseguiu muito sucesso. Pouco a pouco, o Editto de Nantes “foi sendo esvaziado de seu conteúdo e os protestantes sofreram perseguições”. Com o tempo, o Rei Cristianíssimo passou a recorrer a métodos mais violentos. (Cf. MOUSNIER, 1973, p. 294). Após 1679, aumentaram as perseguições oficiais e cada vez mais as disposições do Editto de Nantes eram desprezadas e violadas. (Cf. SHENNAN, 1954, p. 43). De 1679 a 1685 realizou-se uma perseguição violenta para forçar os protestantes à conversão. Para isso dois métodos eram empregados simultaneamente: a *violence legale* que tornavam todas as atividades dos reformados ilegais,

por meio de vários decretos buscavam impedir que eles tivessem acesso aos ofícios, às profissões liberais; um outro meio era a *violence militaire pure*, em que soldados eram alojados em casa de protestantes, cujas atrocidades desses ‘missionários’ causaram espanto. Desde 1680, em Poitou, a *Draconade* do intendente Marillac forçou trinta mil protestantes à conversão. Diante das queixas, Luís XIV lembrou a Marillac que não queria violência, contudo, Louvois continuou a sustentar os intendentes; assim as dragonadas em Poitou, em Béarn e no Languedoc se tornaram famosas. As listas e as cifras de conversões eram apresentadas a Luís XIV. (Cf. MÉTHIVIER, 1950, p. 88). Segundo Shennan,

No fim da década de 70 a influência de Colbert começou a diminuir, à medida que crescia a do ministro da guerra, Louvois. Colbert, cuja política econômica encorajava os protestantes a se estabelecerem na França, opunha-se à perseguição dos huguenotes. Louvois, ao contrário, favorecia uma política brutal de conversão forçada dos hereges, com as infames dragonadas, levadas a cabo pelos dragões reais, as tropas aquarteladas com famílias protestantes, que procuravam aterrorizar para que abandonassem sua fé. (SHENNAN, 1954, p. 43).

Até 1679, os sacerdotes buscavam converter os huguenotes e reconduzi-los ao seio da Igreja católica. No entanto, o fanatismo interveio, arruinando este empreendimento. Conforme observa Mousnier,

Desde 1681, o intendente de Marillac, em Poitou, obteve autorização para aboletar dragões entre os habitantes. (...) Em 1685, o processo generalizou-se. Hospedeiros arruinados pelas exigências dos soldados, injuriados e surrados quando recusavam ouvir os capuchinhos, mulheres arrastadas pelos cabelos, torturas dos pés aquecidos ao fogo, privação de sono, violações, constituíam as façanhas das tropas. Os protestantes converteram-se em massa. (MOUSNIER, 1973, p. 294).

Em 1685, alguns conselheiros de Luís XIV lhe afirmaram que quase todos os huguenotes haviam abjurado sua religião, sendo assim, o Edito de Nantes havia se tornado desnecessário, convenceram-no então a revogá-lo. (Cf. HATTON, 1971, p. 99; MOUSNIER, 1973, p. 294). De acordo com investigações recentes, segundo Hatton, parece que “a Revogação resultou de um equívoco [os conselheiros de Luís XIV ter-lhe iam dito que tantos huguenotes haviam regressado livremente à Igreja, que o Edito se tornara anacrônico]”. (HATTON, 1971, p. 21). Observa Méthivier que, “se ele acreditou sinceramente na extinção próxima da heresia, o Edito de Nantes não tinha mais razão de ser: não tinha mais que novos convertidos”. (MÉTHIVIER,

1950, p. 88).

A intensificação da intolerância religiosa chegou ao extremo com a Revogação do Edito de Nantes, privando os protestantes de sua liberdade de religião. Em 1685, Luís XIV decidiu exterminar o protestantismo na França, revogando a lei que lhes dava proteção. Estimulado por seu chanceler Le Tellier, que estava à beira da morte, em 18 de outubro de 1685 Luís XIV assinou o Edito de Fontainebleau, redigido e rubricado por ele, por meio do qual promulgou-se a Revogação do Edito de Nantes. (Cf. HATTON, 1971, p. 19; SHENNAN, 1954, pp. 42, 44; ANDRÉ, 1950, p. 217). O arcebispo de Harlay, o chanceler Le Tellier, que redigiu o Edito de Fontainebleau, e seu filho Louvois, o ministro de guerra, foram os grandes zeladores da Revogação. (Cf. MÉTHIVIER, 1950, p. 88). Shennan observa que, “tanto Michel Le Tellier como seu filho Louvois fizeram sentir sua influência” na Revogação do Edito de Nantes. (SHENNAN, 1954, p. 42). A partir desse momento, a religião protestante estava terminantemente proibida de ser praticada na França. Na implementação do Edito de Fontainebleau foram empregadas medidas severas, incluindo a pena de morte, e os sacerdotes protestantes foram banidos. (Cf. SHENNAN, 1954, p. 44). De acordo com Méthivier, “O Edito de Fontainebleau de 18 de outubro de 1685, baniu os pastores, interditava aos ex-religionários de fugir [sob pena de galeras], decretava o fechamento de escolas, o batismo das crianças dos N. C.”, (novos convertidos), “a demolição dos últimos templos. Ele considerava então todos os protestantes como N. C.”. (MÉTHIVIER, 1950, p. 88-89). Aproximadamente 200 mil protestantes fugiram da França, apesar da proibição de emigrar. Os leigos que ficaram passaram a praticar sua fé em segredo ou aceitavam converter-se, porém sem nenhum entusiasmo. (Cf. SHENNAN, 1954, p. 44).

### Absolutismo e Religião

A Revogação do Edito de Nantes deve-se primeiramente à devoção crescente do ‘filho primogênito da Igreja’. É importante esclarecer que, como observa Rullière, a Revogação constitui-se em ‘um ato de devoção e não uma questão de política’. Ezechiel Spanheim, representante do Brandeburgo em Versailles, foi o único contemporâneo de Luís XIV que percebeu a característica religiosa do rei Cristianíssimo. A devoção sincera de Luís XIV provinha primeiramente do fato de que ele acreditava ser o representante de Deus na terra; ele alegrou-se com as conversões de Turenne e de Pelisson, em 1668 e 1670, respectivamente; com o avanço da idade suas manifestações religiosas tornaram-se mais claras e numerosas; no momento em que se instalou momentaneamente na Holanda, em 1672,

no início da guerra, ele mostrou preocupação com o destino dos católicos holandeses; quando da tomada da Estrasburgo, em 1681, no tratado de submissão que os estrasburgueses foram obrigados a assinar, eles tiveram de escrever neste tratado que entregariam a catedral para que o bispo François Egon de Furstenberg pudesse exercer o seu culto aí sem dificuldades. Luís XIV disse pouco antes de revogar o Edito de Nantes, em 03 de setembro de 1685, “Não posso duvidar de que esta é a vontade divina que se quer servir de mim para recolocar em suas vias todos aqueles que são submissos as minhas ordens”. (Cf. ANDRÉ, 1950, pp. 217-218, 220).

Alguns dias depois da Revogação, Luís XIV recebeu as notícias do embaixador d’Avaux e já se dava conta das conseqüências de seu ato, dizendo que, por causa da Revogação, Guilherme de Orange juntamente com seus partidários estavam se empenhando para afastar os Estados Gerais de seus interesses, mas que o bem resultante da Revogação era tão imenso que nada o faria voltar atrás e o impediria de aperfeiçoar tal obra. A respeito da emigração dos protestantes, o rei dizia que Deus só permitia essa desordem “para purificar meu reino de maus e indóceis súditos”. (ANDRÉ, 1950, p. 220).

Desta forma, ao contrário do que se tem afirmado, Luís XIV não empreendeu a Revogação sob a influência de Madame de Maintenon, sua segunda esposa com quem se casara secretamente em 1683, haja vista que sua devoção estava acima de suas relações amorosas. Como sua esposa, Madame de Maintenon não podia contrariar nenhum de seus desejos e, além disso, ela era uma ex-calvinista convertida ao catolicismo. Portanto, conforme salienta Louis André, “A Revogação foi então sua obra pessoal, ordenada por ele aos membros de seu círculo”. (ANDRÉ, 1950, p. 218).

Em segundo lugar, não podemos nos esquecer que o ato da Revogação continha também interesses políticos por parte de Luís XIV. Como resultado da Reforma desenhou-se um mapa religioso na Europa desenvolvendo-se o princípio *cuius régio eius religio*, por meio do qual os príncipes e monarcas aceitaram que os súditos deviam praticar a mesma religião que seus reis. Luís XIV compartilhava desse ponto de vista e “preferia ter um reino unido pela fé assim como pela lealdade ao soberano”. Ele nunca duvidou de que o Estado estaria mais seguro se todos os franceses comungassem da sua religião. (Cf. SHENNAN, 1954, pp. 42-43). Como Luís XIV há muito desejava a unidade religiosa “não só por motivos pessoais, mas também por motivos de Estado”, (Cf. HATTON, 1971, p. 100), acredita-se que não foi preciso muito esforço por parte de seus conselheiros para convencê-lo à Revogação.

Nos séculos XVI e XVII, apesar dos abalos de fé provocados pela influência calvinista, o catolicismo

era tão preponderante na França que os reis tinham que se curvar a ele como condição do reconhecimento de sua legitimidade pelos súditos; quando não, tinham que se converter - como foi o caso de Henrique IV. A questão protestante incomodava não somente à Igreja, mas também ao Estado francês. Desde a Reforma, com exceção do ex-calvinista Henrique IV, havia uma luta ferrenha da monarquia para acabar com o protestantismo na França.

No século XVII, como no século anterior, os reis usavam de seu poder coercitivo para que os súditos aderissem à religião oficial. Em *As fundações do pensamento político moderno*, Quentin Skinner analisa as perseguições aos protestantes em alguns países da Europa, entre eles a França, na segunda metade do século XVI, demonstrando que os governantes católicos usavam da força para unificar sua religião. (Cf. SKINNER, 1999, p. 46). De acordo com Mousnier, Luís XIV “considerou sempre a unidade religiosa como o coroamento do absolutismo”. Ao atacar o protestantismo, Luís XIV desejava segundo este autor, “concentrar em sua pessoa todo o poder, realizar em torno de si a unidade religiosa”. (MOUSNIER, 1973, pp. 292, 295).

A Revogação não tem a ver com as relações da França com a Europa. De acordo com Madame de Maintenon, “o rei está muito contente de ter posto a última mão à grande obra da reunião dos heréticos à Igreja”. Em 22 de outubro de 1685, o edito de revogação foi registrado por todos os parlamentos da França. (Cf. ANDRÉ, 1950, p. 220).

Qual foi a responsabilidade pessoal de Luís XIV na Revogação do Edito de Nantes? Luís XIV não aprovava os métodos repressivos, como as dragonadas, utilizados para converter os hereges até 1685. Ele desejava alcançar o resultado final da operação, mas não era cruel como alguns dos que o serviam. (Cf. SHENNAN, 1954, pp. 45-46). Madame de Maintenon escrevia desde 23 de outubro de 1675 que o rei se preocupava com a conversão dos huguenotes. Em 13 de abril de 1684, segundo ela, nas conferências de Luís XIV com Le Tellier e Mme de Châteauneuf, ele refutou os meios violentos que estes propuseram dizendo que “É preciso converter e não persuadir”. Quando Luís XIV se reuniu com os intendentes em uma assembléia geral, pediu que eles se entendessem com os bispos para procurar a melhor maneira de realizar as conversões, dizendo “recomendo-lhes, sobretudo, de negociar com doçura os espíritos daqueles da dita religião”. (ANDRÉ, 1950, p. 219).

Talvez, por volta de 1685, ele tenha mesmo se deixado convencer, erroneamente, de que apenas um número insignificante de huguenotes ainda resistia à conversão e, portanto, o Edito de Nantes não tinha mais importância. (Cf. SHENNAN, 1954, p. 46). Logo,

Luís XIV perceberia que eram falsas as premissas em que a Revogação se assentava e teria de suportar as conseqüências da responsabilidade pelas perseguições que os huguenotes que se recusavam à conversão, mesmo simbolicamente, sofriam, como a condenação às galés. (Cf. HATTON, 1971, pp. 100-101). Mais que isto, podemos supor que se ele tivesse previsto as terríveis conseqüências políticas da Revogação, jamais teria incorrido neste ato.

O maior desejo de Bossuet foi a unidade religiosa da França, perdida para sempre nas destruições mútuas das guerras de religião. Com este objetivo ele lutou com todas as armas que possuía. Diante dos ataques que a doutrina católica recebia por parte dos protestantes, Bossuet recorria ao seu talento oratório e literário não somente para defendê-la, mas visando ainda a conversão dos protestantes. A defesa da unidade cristã foi colocada por Bossuet no primeiro plano de suas preocupações. Desta forma, o autor publicou diversos escritos em que defendia a doutrina católica e criticava a heresia protestante. (Cf. GAQUÈRE, 1967, p. 32).

Com o objetivo de realizar a unificação das Igrejas, convertendo os protestantes, Bossuet imaginou que o melhor meio para isto era a moderação. Desse modo, mostrava-se moderado em suas pregações. (Cf. GAQUÈRE, 1967, p. 21). Em 1665, em sua *Réfutation* ao *Catéchisme* de Ferry, Bossuet dizia desejar somente iluminar os “inimigos da verdade”. Nesta obra, ele não tencionava polemizar, mas mostrar a pureza da doutrina católica. Advertia estar preocupado com a salvação das almas e não tinha nada contra a pessoa do ministro. (Cf. GAQUÈRE, 1967, pp. 51, 53-54). Em alguns momentos, a moderação de Bossuet deu lugar à agressividade de discursos inflamados para com os reformados. Ele adotou, então, atitudes arrogantes. Em suas cartas e pregações solicitava aos governantes que usassem de autoridade para com os protestantes. O que influenciou Bossuet a adotar essa atitude firme foi que “ele encontrava em seu círculo seus companheiros do Cabido (...) enfurecidos na luta contra a heresia”. Outro motivo é que “ele era membro ativo da Companhia Secreta do Santo Sacramento de Paris (...) e que juntava a suas admiráveis atividades caridosas, a luta contra os protestantes”. (Cf. GAQUÈRE, 1967, p. 26).

Em 1661, quando Luís XIV assumiu pessoalmente o poder, “foi convidado ‘a marchar sobre as pegadas do grande Constantino’; Bossuet predizia no ano seguinte ‘que ele tinha a glória de sufocar a heresia por um prudente temperamento de severidade e de paciência’”. (GAQUÈRE, 1967, p. 27). Na *Oraison funèbre de Henriette-Marie*, pronunciada em 1669, Bossuet lembra que, como filhos diletos da Igreja, os reis franceses devem amar e defender a religião católica com maior dedicação que os outros reis. Observa que

o combate ao protestantismo deve se dar por meio da conversão e não da perseguição. Gaquère nos chama a atenção para o fato de que, o que possibilitou Bossuet conciliar em seu espírito duas disposições aparentemente incompatíveis, a amabilidade e o rigor, foi a influência do Padre da Igreja por quem ele tinha maior veneração: Santo Agostinho. Conforme constata Gaquère, Bossuet

era impregnado, até a medula, dos princípios de seu grande mestre, seu estimado Santo Agostinho, de quem Bossuet buscava sempre em matéria doutrinária, princípios aplicados nos séculos IV e V pelo bispo de Hipona, em sua luta contra a heresia donatista, princípios adotados pela tradição, e no século XIII por Santo Tomás, segundo os quais a heresia era um crime contra Deus, e um flagelo para as almas; devia ser exterminado, de forma alguma por meios cruéis e inumanos, mas pela amabilidade e persuasão, pela autoridade e pela força, com o auxílio eventual do poder secular”. (GAQUÈRE, 1967, p. 26).

É importante termos em mente que Bossuet não foi o único a almejar a unidade religiosa em seu tempo. Aliás, este era o desejo de um número considerável de pensadores tanto católicos como protestantes. Como constata Gaquère, na metade do século XVII reinava “na Europa luterana, Suécia, Dinamarca, Holanda, Alemanha, uma aspiração geral à unidade cristã, à uma reunião das confissões protestantes entre elas, à sua reunião” com a “Igreja católica. (...) esta nostalgia de unidade era comum aos calvinistas e aos luteranos. Ela era acentuada à medida que as paixões partidárias apaziguavam-se, que as controvérsias terminavam por eliminar uma multidão de questões secundárias, e mesmo certas questões importantes”. (GAQUÈRE, 1966, pp. 13-14). Tamanha era a autoridade de Bossuet nas questões de fé que até mesmo os protestantes se inclinavam diante dela. O diálogo de Bossuet e Paul Ferry em busca da reunião das Igrejas durou seis meses. Iniciou-se com a carta de Bossuet a Paul Ferry em 17 de maio de 1666, e terminou com a última carta de Bossuet a este pastor em 28 de outubro do mesmo ano. (Cf. GAQUÈRE, 1967, pp. 180-224). De acordo com Dussalt, “o que não deve ser esquecido na história de uma querela teológica, é que Bossuet e Ferry, que eram amigos antes de sua disputa, continuaram a ser após terem escrito um contra o outro: raro exemplo a oferecer aos controversistas de todas as religiões, mas que será mais louvado que imitado”. (DUSSALT, 1874, p. 4). O sonho de Bossuet em restaurar a unidade religiosa por meio de seu diálogo com Ferry foi frustrado, pois, devido às interferências do monarca, foi obrigado a “desistir da tarefa, em favor dos oficiais laicos e dos jesuítas”. (GAQUÈRE, 1967, pp. 239-240). No

entanto, apesar dessa grande decepção, Bossuet jamais desistiu de seu objetivo, publicou inúmeras obras para retomar o diálogo com os maiores representantes dos protestantes. Segundo Gaquère, “longe de desencorajar-se, ele iria continuar a servir de todas as suas forças, como de todo o seu talento (...) em colaboração com o governo, com os devotos, à causa da reunião, pela publicação de suas obras eruditas: *L'exposition de la doctrine catholique* [1671], *a Histoire des variations des Eglises protestantes* [1688]”. (GAQUÈRE, 1967, pp. 239-240).

Bossuet retomou a discussão doutrinal que tinha iniciado com o pastor Paul Ferry, em sua *Histoire des variations des Eglises protestants*, publicada em 1688, a qual foi, sem dúvida, segundo Calvet, “o ato capital de Bossuet nesta longa controvérsia com os protestantes, que foi a grande causa da sua vida”. (Cf. CALVET, 1952, pp. 301-302). Nesta obra, Bossuet tentou provar “a necessidade de uma Igreja infalível para manter a unidade e estabelecer, assim, a característica infalível da Igreja romana”. Por um instante o autor acreditou que o maior sonho de sua vida iria se realizar: as Igrejas protestantes e a Igreja romana se uniriam tornando-se uma só. (Cf. CALVET, 1952, p. 294). Calvet observa que, “em seguida de suas conferências com o ministro Claude, ele sentiu que os protestantes estavam de acordo com ele para afirmar a necessidade de uma Igreja, de um elo visível, para assegurar a unidade do rebanho cristão”. (CALVET, 1952, pp. 301-302). Leibniz, um luterano moderado, também trocou correspondência com Bossuet. Ele iniciou seu diálogo com Leibniz em 1691, por meio de cartas, no qual ambos buscavam a reunião das Igrejas e, por sua vez, a unidade religiosa. O diálogo durou dez anos, pois em 1701, diante da desaprovação do papa Clemente XI, deu-se a última tentativa de Bossuet para uma reunião entre os luteranos da Alemanha com a Igreja romana. Todo o trabalho de Bossuet em busca da união entre as Igrejas fracassou. (Cf. GAQUÈRE, 1966, pp. 244, 248-258). Na segunda metade do século XVII, os maiores obstáculos para a reunião das Igrejas foram o rancor, a desconfiança e o ódio oriundos do “espírito universal de intolerância”. (Cf. GAQUÈRE, 1967, p. 246).

Apesar de seu desejo de restauração da unidade religiosa não ter sido alcançado, “ao menos, ele teve a consolação de obter numerosas e consideráveis conversões individuais”. Na França, Turenne foi a pessoa mais ilustre convertida por Bossuet, em 1668. Segundo Gaquère, “ele contribuiu para o retorno ao seio da Santa Igreja, não somente de pessoas do mundo (...), mas vários e notáveis pensadores protestantes”. Bossuet sonhava em ir para a Inglaterra “trabalhar para o retorno dos Anglicanos dos quais ele converteu um dos mais ilustres, James Drummond, duque de Perth, tornando-se, desde então seu amigo e confidente”.

(GAQUÈRE, 1967, p. 240).

Ao buscar a unidade das Igrejas a primeira preocupação de Bossuet era religiosa: ele era um homem da Igreja e se preocupava com a salvação da alma. Em segundo lugar, como defensor da monarquia, ele sabia que a unidade religiosa era fundamental à manutenção e fortalecimento do poder do príncipe. Na *Oraison funèbre de Hentiette-Marie*, Bossuet observa que a unidade política somente será possível por meio da unidade religiosa, pois a insubmissão à religião leva a insubmissão à autoridade do príncipe.

Bossuet sonhou com um governo e uma religião uniformes. Na *Oraison funèbre de Henriette-Marie* Bossuet defende a ordem e a unidade. Na *Politique* ele diz que “na unidade reside a vida; fora da unidade a morte é certa”. (BOSSUET apud TOUCHARD, 1970, p. 132). Conforme salienta Sainte-Beuve, Bossuet idealizou a unidade em todos os sentidos. “Um Deus, um Cristo, um bispo, um rei, – eis aí bem em seu interior a esfera luminosa onde o pensamento de Bossuet se manifesta e reina. Eis aí seu ideal de mundo” (SAINTE-BEUVE, 1928, p. 25). Como constata Lavissee, para Bossuet,

Deus é a Providência, que vê de toda a eternidade o que foi, o que é, o que será, para que reinem os reis e se sucedam os impérios, todos legítimos visto que ele os quis todos. Ele falou pelos profetas e pela Escritura. Para que o homem cumprisse sua palavra, ele estabeleceu por uma ordem indubitável, a Igreja ‘única’, ‘universal’, ‘conservada imóvel’ de unidade, ‘nela está a vida’, fora dela ‘a morte é certa’. Tudo isso é o conjunto da idéia cristã simplesmente, mas este conjunto é fortemente ligado no espírito de Bossuet. Ele é a explicação única e suficiente de tudo, da natureza e do sobrenatural, da vida e da morte, da política e da religião. (LAVISSEE, s.d., p. 108).

Bossuet reinou em sua época. Segundo Sainte-Beuve, o bispo de Meaux “foi o homem público das grandes instituições e da ordem estabelecida, logo o órgão, o inspirador, o crítico aceito por todos, ou o conciliador e o árbitro. Ele é naturalmente o homem mais considerável na ordem católica e galicana”. (SAINTE-BEUVE, 1928, pp. 77-78).

Após a Revogação, Bossuet foi acusado pelos protestantes, principalmente pelo pastor Pierre Jurieu, de barbárie. Segundo este, Bossuet aconselhou e aprovou o ato de Luís XIV em recorrer à práticas de perseguições violentas para com eles. Bossuet se defendeu dessas acusações. Para ele, “essas expedições militares, tão conhecidas sob o nome de *missão dragão*”, não eram o melhor meio para resolver a questão. Como afirma Dussalt, “acostumado a submeter somente às armas da persuasão os irmãos desviados, ‘não podia, dizia ele, resolver olhar as baionetas como instrumentos de

conversão”’. (DUSSALT, 1874, p. 12). Para Bossuet, o poder civil, oficial, tinha o direito de lutar contra os elementos de discórdia, porém, que esta luta fosse tratada por meio da moderação e não da violência. (Cf. CHARBONNEL, 1942, p. 27). Na *Oraison funèbre de Henriette-Marie* e na *Oraison funèbre de Louis de Bourbon, prince de Condé*, pronunciadas em 1669 e 1686, respectivamente, Bossuet elogia a doçura com que ambos buscavam converter os protestantes. Nas *Déclarations royales* de 1698-1699, a respeito de como o governo devia tratar os novos convertidos e os protestantes refugiados, enquanto alguns eram a favor do rigor, Bossuet posicionava-se contra a coação dos novos convertidos aos sacramentos, bem como do uso de violência para com os refugiados. (Cf. MÉTHIVIER, 1950, p. 89). Em suas cartas e nas *Instructions pastorales* de 1700, recomendou veementemente “a moderação, a doçura, a evangélica persuasão, armas mais eficazes que a violência”. (Cf. CHARBONNEL, 1942, p. 27). Antes de sua morte, Bossuet reconheceu que no combate aos protestantes era preciso renunciar aos meios violentos, pois “a violência incita os fiéis à desordem, à revolta aberta”’. (GAQUÈRE, 1967, p. 28). De fato, como veremos adiante, as idéias defendidas pelos protestantes representavam a maior ameaça ao absolutismo de Luís XIV. Por isso, Bossuet esforçou-se durante toda a sua vida intelectual para reconduzi-los ao catolicismo.

A Revogação do Edito de Nantes foi um dos eventos mais celebrados do reino. Colbert morreu em 1683, sendo substituído por Louvois como superintendente das construções e como controlador das academias. Em 1690, Le Brun morreu e foi substituído por seu rival e protegido de Louvois, Pierre Mignard, que passou a ocupar o seu lugar de primeiro pintor do reino. Vários artistas protegidos de Louvois passaram a receber pensões reais. Além da mudança de pessoal houve uma mudança mais importante que foi “a mudança de estratégia, pois o objetivo final de glorificar o rei permaneceu o mesmo”. Em seus oito anos como superintendente das construções, Louvois promoveu projetos magníficos. Dobrou as despesas com a reconstrução e decoração de Versailles e planejou a construção de edifícios na Place Vendôme para alojar todas as academias e a Bibliothèque Royale. Entre 1685 e 1686 apoiou a ‘campanha das estátuas’, em que quase 20 estátuas do rei, a maioria a cavalo, foram encomendadas para ser instaladas em praças públicas não só em Paris como também nas cidades das províncias. As estátuas eram inauguradas com desfiles, discursos, fogos de artifícios, trombetas, tambores, sinos e salvas de artilharia. As inaugurações dos monumentos eram descritas em panfletos e na Gazette. (Cf. BURKE, 1994, pp. 103-107).

Neste período de relativa paz, o evento mais

celebrado foi a Revogação do Edito de Nantes. Aliás, ele ofuscou os demais. Foi um dos eventos reais mais mitificados, sendo representado sucessivamente por diferentes meios de comunicação. As representações oficiais do evento, jornais, poemas, medalhas, estátuas, pinturas, balés, óperas, etc., exaltavam Luís XIV como o Cristianíssimo destruidor da heresia, aquele que promoveu o triunfo da Igreja católica. (Cf. BURKE., 1994, pp. 22, 109, 115-116).

### Absolutismo e Catolicismo

A Revogação do Edito de Nantes foi exaltadíssima pelos católicos. Ao saberem dela, “os católicos deram gritos de alegria”. (DUSSALT, 1874, p. 189). A imagem de Luís XIV era constantemente associada a heróis do passado. Após a Revogação, ele foi proclamado um novo São Luís pelo zelo à religião católica e um novo Teodósio porque havia destruído a heresia protestante assim como Teodósio destruíra a heresia dos arianos. (Cf. BURKE, 1994, p. 47). A Revogação recebeu o aplauso geral da opinião católica, que acreditava que a unidade da fé havia sido finalmente reencontrada. Entre os católicos mais ilustres encontravam-se La Fontaine, Mme de Sévigné, La Bruyère e principalmente Bossuet. (Cf. MÉTHIVIER, 1950, p. 89). Foi com grande contentamento que o Bispo de Meaux aplaudiu a Revogação em sua *Oraison funèbre de Michel Le Tellier*, pronunciada em 1686. Nesta obra, de acordo com Dussault, “Bossuet a celebra com um entusiasmo quase *lyrique*, quase *pindarique*”. (DUSSALT, 1874, p. 189). Sem dúvida, o maior elogio a Luís XIV veio da parte de Bossuet. Na *Oraison funèbre de Michel Le Tellier*, Luís XIV é celebrado como o “Novo Constantino”. Marcos A. Lopes nos chama a atenção para o fato de que,

Bossuet sonhou com uma França próspera e feliz, com um reino no qual imperasse, sobretudo, a paz, e cujos reis fossem figuras inspiradas por Deus. (...) Bossuet vai ao ponto de traçar um destino messiânico para a França, o único reino de toda a cristandade que abraçou a religião verdadeira guiada por seus reis (...) o pensamento político de Bossuet está carregado pelo espírito de religiosidade católica do século XVII. Nesse sentido, seu príncipe não é apenas o fundamento da autoridade no reino, mas a força que fará vitoriosa a religião do salvador, o que o levou a considerar a Revogação do Edito de Nantes por Luís XIV como ‘um belo monumento da piedade do rei’, e a comparar o soberano a um novo Constantino. (LOPES, 1997, pp. 152-153).

No entanto, a Revogação despertou reações desfavoráveis na França e no estrangeiro. Este ato de Luís XIV foi muito prejudicial à sua imagem. (Cf. BURKE,

1994, p. 117). A Revogação do Edito de Nantes foi um presente para os propagandistas inimigos, holandeses, ingleses e alemães. Por meio de gravuras, medalhas e panfletos descreviam e condenavam “a mais cruel e mais violenta perseguição jamais havida na França”. Enquanto os meios de comunicação oficiais franceses celebravam o evento, mostrando Luís XIV como um herói, os discordantes o mostravam como um vilão. (Cf. BURKE, 1994, p. 155).

Em uma carta dirigida ao Landgrave Ernst de Hesse-Rheinfels, em novembro-dezembro de 1686, Leibniz lamenta os artigos do Edito de Fontainebleau, o qual anulava o Edito de Nantes, particularmente o primeiro que proibia não somente os ministros franceses como também os estrangeiros de entrarem na França. Leibniz lembra que na Inglaterra protestante esta proibição era menos rigorosa, pois se restringia apenas aos clérigos ingleses. O quinto artigo do Edito de Fontainebleau, segundo Leibniz, é ainda pior, pois Luís XIV proíbe os protestantes, sob pena de morte, não somente de realizarem seu culto como também qualquer forma de exercício de sua religião por mais particular que seja. Leibniz recorda que os romanos eram menos severos em relação aos cristãos, haja vista que obrigavam-nos a aderirem a religião oficial, mas não os proibiam de praticarem o seu culto em particular. (Cf. LEIBNIZ, 1984, pp. 455-456).

Em 1687, em Roterdã, o pastor huguenote francês Pierre Jurieu, aí refugiado, escreve sua obra polêmica *Des droits de deux souverains em matière de religion* para refutar o *Commentaire Philosophique* de Pierre Bayle, um protestante francês refugiado em Amsterdã. Pierre Jurieu refuta a máxima defendida no *Commentaire Philosophique* segundo a qual os soberanos não devem empregar a sua autoridade em matéria de religião. Na concepção de Pierre Jurieu, os príncipes devem usar a sua autoridade para combater a heresia, a idolatria e a superstição. Porém, ele adverte que há limites para o emprego legítimo da autoridade nas questões religiosas. Ele concorda com o *Commentaire Philosophique* na parte em que este prega que não se deve coagir em assunto de religião. Pierre Jurieu refere-se às atrocidades cometidas na França contra os protestantes franceses para obrigá-los à conversão. (Cf. JURIEU, 1997, pp. 149-150).

Para Pierre Jurieu, os autores do *Commentaire Philosophique* estão errados ao afirmarem que ao defender o uso da autoridade dos soberanos em questão religiosa os protestantes estariam dando o direito aos soberanos católicos de suprimirem a religião protestante, por meio da violência. Ele adverte que na defesa desta idéia os protestantes podem fornecer a ocasião aos católicos, mas jamais o direito, pois este só a verdadeira religião o possui. Infelizmente, este é um mal que vem por acidente, afirma ele com pesar. Mas

que por isso não se deve deixar de falar dos direitos da verdadeira religião. Pierre Jurieu está certo de que não foi a defesa desta idéia que levou a Áustria e no momento a França a perseguirem os protestantes. Pois a verdadeira religião não persegue, não enforca, não queima, não constrange e não viola tratados. Por fim, Pierre Jurieu adverte que a máxima defendida pelo *Commentaire Philosophique* é pior do que os males pelos quais a religião protestante estava sofrendo no momento, pois se os soberanos não puderem empregar a sua autoridade na esfera espiritual, jamais um futuro príncipe francês poderá destruir a falsa religião, o catolicismo, e estabelecer a religião verdadeira, o protestantismo. (Cf. JURIEU, 1997, pp. 154-155). Pierre Jurieu deixa explícito nesta obra que este é o seu maior sonho. Seria tão bom, segundo ele, se os reis da França e da Espanha utilizassem sua autoridade para combater o papismo de seus Estados como os reis da Inglaterra e da Suécia o fizeram. (Cf. JURIEU, 1997, p. 148).

Em 1677, o stathouder da Holanda, Guilherme de Orange, casara-se com Maria, a filha de Jaime Stuart, o católico que herdou o trono da Inglaterra em fevereiro de 1686. Em 1688, o clima da Revogação do Edito de Nantes com a perseguição explícita da França aos protestantes, agravou na Inglaterra as intrigas contra os católicos, apesar do rei Jaime II ser católico. Sob o breve reinado deste rei, a Inglaterra protestante encontrava-se à beira de uma revolução. Para evitar uma revolução vinda de baixo, que seria uma catástrofe para a burguesia, a única solução encontrada pelos *Whigs* e a maioria dos *tories* foi recorrer ao genro do rei e à sua filha. Sendo assim, em novembro de 1688 Guilherme de Orange chegou à Inglaterra com o apoio do Parlamento inglês e da Holanda, fortalecida pelos protestantes franceses aí refugiados, derrubou o rei Jaime II, um aliado de Luís XIV, sucedendo-o no trono inglês como Guilherme III. Um mês depois, Jaime II fugiu para a França, sendo recebido em Saint-Germain por Luís XIV. Este grande acontecimento, denominado por *Glorious Revolution*, foi concluído com o *Bill of Reghts*, em 13 de fevereiro de 1689. (Cf. CHAUNU, 1987, pp. 117, 119).

Esta segunda Revolução Inglesa de 1688-1689 – que na verdade foi um desfecho da Revolução de 1640 – representou “o triunfo da monarquia *contratual* e do parlamentarismo sobre o direito divino e o absolutismo. E, ainda mais, o do protestantismo perseguido e ameaçado sobre o catolicismo perseguidor”. Os indignados e rancorosos protestantes franceses, refugiados fora da França, desde a revogação do Edito de Nantes, difundiam, por todos os lugares onde tinham influência, o elogio à regeneração da Inglaterra e ao mesmo tempo justificavam o ato de 1688-1689, dizendo que “a revolta dos ingleses contra seu rei papista não



era menos legítima do que a dos protestantes franceses contra o tirano Luís XIV”. (CHEVALLIER, 1983, p. 13).

Após a Revogação, entre 1686 a 1689 Pierre Jurieu, refugiado na Holanda, deu um depoimento ameaçador aos olhos da ortodoxia. Ele publicou suas *Lettres pastorales adressés aux fidèles de France que gémissent sous la captivité de Babylone*. No ano de 1689, particularmente, publicou “as cartas que sustentam a legitimidade do direito de resistência ativa”. O grande objetivo de Jurieu era ao mesmo tempo exaltar o ato dos protestantes ingleses e, por outro, condenar com severas críticas o absolutismo de Luís XIV. Jurieu defendia a teoria do contrato que limita o poder real e deposita a soberania no povo. Para Jurieu, se o monarca violasse as cláusulas do contrato, o povo tinha o direito de lhe resistir. Lembremos que esta idéia tinha sido defendida pelos monarcômacos do século XVI contra Henrique IV, porém estava sendo adaptada ao tempo do autor. Recordemos ainda que o povo, para Jurieu, não significava a multidão, mas os grandes que os representavam: os Estados, os Parlamentos, as Cidades. O mais grave era que em suas cartas de 1689 Jurieu enfatizava que, o importante não era saber se a Inglaterra teve ou não razão, pois “a necessidade absoluta que encontrava a Inglaterra de preservar o protestantismo bastava para justificar a expulsão do seu rei”. Bossuet, que sempre fora um grande defensor da ortodoxia, frente à ameaça desta pela heterodoxia, mostrou-se logo um “Bossuet anti-Jurieu”. Compreende-se então a sua amarga lamentação quando, em dezembro de 1688, disse: “não faço outra coisa se não prantear o infortúnio da Inglaterra”. Em 1690 Bossuet censurou as idéias de Jurieu em seu *Cinquième avertissement aux protestants*. (Cf. CHEVALLIER, 1983, pp. 14-15).

Alguns criticavam a falta de escrúpulos morais de Luís XIV, associando-a às idéias de Maquiavel por ter transgredido à fé, no caso da Revogação do Editto de Nantes. A título de exemplo temos *Le Dragon Missionnaire* (O dragão missionário), de 1686; *Der Französische Attila* (O Átila francês), de 1690, e *Nero Gallicanus* (Nero francês), do mesmo ano. Luís XIV foi acusado de tirania. Os panfletistas criticavam a sua perseguição aos huguenotes, a cobrança de altos impostos, mostrando-o como impiedoso, cruel, opressor, enfim, um tirano. Nesta modalidade destacou-se o panfleto revolucionário de Pierre Jurieu, intitulado *Les soupirs de la France esclave*, (*Os suspiros da França escrava*). (Cf. BURKE, 1994, pp. 149-150, 220). Segundo Louis André, com os protestantes franceses refugiados na Holanda, “a polêmica toma característica violenta, rude e mesmo revolucionária”. Em seu *Soupirs de la France esclave*, concebido em 1688, Pierre Jurieu “não hesitava em opor ao poder dos reis e do povo e defender o direito à insurreição”. Ele

fundou um serviço de espionagem na França, sendo logo descoberto pelo governo francês. (Cf. ANDRÉ, 1950, p. 224). A acusação da falta de religião estava relacionada à forma como Luís XIV tratava os huguenotes e a pretensa aliança com o Império Otomano, um Estado não-cristão, como também ao culto oficial ao Rei Sol, um culto pagão. (Cf. BURKE, 1994, p. 150).

## Conclusão

Tem havido interpretações completamente equivocadas a respeito de Bossuet. Dentre as quais, a de que ele teria influenciado Luís XIV à Revogação. Conforme alerta Truchet, há “representações não menos falsas de sua influência sobre Luís XIV, até a fazer dele – o que ele não foi jamais – uma espécie de ministro de cultos, responsável, por exemplo, pela Revogação do Editto de Nantes”. (TRUCHET, 1966, p. II). Como vimos, Bossuet sempre se posicionou contra qualquer forma de repressão em relação aos protestantes. É inegável que, de imediato, a Revogação causou-lhe satisfação. Mas não demorou muito para que ele percebesse o quanto este ato impensado de Luís XIV era prejudicial à soberania da monarquia absolutista por direito divino.

## Referências

- ANDRÉ, L. **Louis XIV et l'Europe**. Paris: Édition Albin Michel, 1950, (Coll. L'évolution de l'humanité).
- BEHRENS, C. B. A. **O ancien régime**. Lisboa: Verbo, 1971.
- BOSSUET, J.-B. **Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte**. Genève: Droz, 1967. (Edição crítica com introdução e notas de Jacques le Brun).
- \_\_\_\_\_. Oraison funèbre de Louis de Bourbon, Prince de Condé. In: \_\_\_\_\_. **Oraisons funèbres**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874.
- \_\_\_\_\_. Oraison funèbre de Henriette-Marie, Reine de la Grande-Bretagne”. In: \_\_\_\_\_. **Oraisons funèbres**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874.
- BOUREAU, A.; INGERFLOM, C. S. Avant-Propos. In: \_\_\_\_\_. **La royauté sacrée dans le monde chrétien**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.
- BURKE, P. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- CALVET, J. Le XVII siècle. La littérature classique. In: \_\_\_\_\_. **Manuel illustré d'histoire de la littérature française**. Vingtième édition. Paris: J. de Gigord Éditeur, 1952.
- CHARBONNEL, J.-R. (Org.). Bossuet et son temps. In: BOSSUET. **Oraisons funèbres et sermons**. Paris: Classiques Larousse, 1942.
- \_\_\_\_\_. Résumé chronologique de la vie de Bossuet (1627-1704). In: BOSSUET. **Oraisons funèbres et sermons**. Paris: Classiques Larousse, 1942.

- CHAUNU, P. **A civilização da Europa clássica**. Lisboa: Estampa, 1987. v. 1.
- CHEVALLIER, J. J. **Pensamento político**: o declínio do estado-nação monárquico. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. t. 2.
- DAVIS, N. Z. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DUSSALT. Jugements sur Bossuet. In: **Oraisons funèbres de Bossuet**. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874.
- GAQUÈRE, F. **Le dialogue irénique Bossuet – Leibniz**: La réunion des Eglises en échec (1691 – 1702). Paris: Beauchesne, 1966.
- \_\_\_\_\_. **Le dialogue irénique Bossuet – Paul Ferry à Metz (1652 – 1669)**. Paris: Beauchesne, 1967.
- HATTON, R. **A época de Luís XIV**. Lisboa: Verbo, 1971, (Col. História ilustrada da Europa).
- JURIEU, P. **Des droits des deux souverains en matière de religion. Le philosophe de Rotterdam**. Paris: Fayard, 1997.
- LAVISSE, E. Les lettres. In: \_\_\_\_\_. **Histoire de France illustrée. Depuis les origines jusqu'à la Révolution**. Paris: Librairie Hachette, s.d.
- LE GOFF, J. Aspects religieux et sacrés de la monarchie française du X au XIII siècle. In: BOUREAU, A.; INGERFLOM, C.-S. **La royauté sacrée dans le monde chrétien**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.
- LEIBNIZ, G. W. "Carta al Landgrave Ernst de Hesse-Rheinfels". In: LEIBNIZ, G. W. **Escritos de filosofia jurídica y política**. Madrid: Ed. Nacional, 1984.
- LOPES, M. A. **O político na modernidade**. São Paulo: Loyola, 1997.
- MANDROU, R. **La France aux XVII et XVIII siècles**. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- MÉTHIVIER, H. **Le Siècle de Louis XIV**. Dixième édition. Paris: Presses Universitaires de France, 1950. (Coll. *Que sais-je?*).
- MOUSNIER, R. **Les concepts d' "orders" d' "états", de "fidélité" et de "monarchie absolue" en France de la fin du XV siècle à la fin du XVIII**. Paris: Revue Historique, 1971.
- MOUSNIER, R. **Os séculos XVI e XVII**. São Paulo: Difel, 1973.
- SAINTE-BEUVE (Org.). Bossuet. In: \_\_\_\_\_. **Les grands écrivains français**. Paris: Librairie Garnier Frères, 1928.
- SHENNAN, J. H. **Luís XIV**. São Paulo: Ática, 1954. (Coleção Princípios).
- SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- TOUCHARD, J. **História das idéias políticas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. v. 1.
- TRUCHET, J. (Org.). **Politique de Bossuet**. Paris: Armand Colin, 1966. (Collection U).

---

Recebido em: 20/12/2006

Aceito em: 02/02/2007